

Natureza e velocidades do movimento ecuménico

A Igreja Católica Romana combateu consistentemente (e coerentemente) o movimento ecuménico desde o início, defendendo o “primado de Pedro” com quatro Encíclicas seguidas (de 1922 a 1943) e um documento disciplinar, em Junho de 1948, que impediu qualquer católico desejar participar na assembleia fundadora do Conselho Mundial de Igrejas, em Amsterdão. Só em 1968, no novo clima gerado pelo Concílio Vaticano II, ela passou a estar presente, com alguns dos seus teólogos, na Comissão de Fé e Ordem do C.M.I. Mas nunca aceitou, até hoje, integrar-se como mais uma das suas Igrejas-membros – porque, de facto, a sua doutrina sobre si mesma não foi alterada.

Silas Oliveira
Formação Avançada em Jornalismo e Religiões na Universidade Católica e Cenjor

A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, celebrada entre 18 e 25 de Janeiro de 2007, ficou assinada por afirmações públicas em que o Magistério da Igreja Católica Romana declara, ao mais alto nível, qual é o seu entendimento especial do movimento ecuménico, aquele que aceita e promove. Esta é, portanto, uma boa oportunidade para o esclarecimento de equívocos frequentes num País como o nosso, em que a informação sobre estas matérias é vaga e pouco reflectida. E esse esclarecimento será útil a todos, apoiantes e adversários, ou meros observadores do movimento ecuménico.

Pode ser, também, surpreendente. Os documentos estão acessíveis, e a *Ag. Ecclesia* teve o cuidado de divulgar, no primeiro dia da referida Semana (18Jan.07), o discurso do **Papa Bento XVI** ao plenário do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos – o organismo católico que, em parceria com a Comissão de Fé e Ordem (ou Fé e Constituição) do Conselho Mundial de Igrejas, assume a escolha do texto comum a ser usado por todos os participantes.

Nesse discurso, datado de 17 de Novembro do ano anterior, Bento XVI foi muito claro. Dele se podem extrair os seguintes pressupostos doutrinários explícitos:

1 – O Papa envolve-se na causa do ecumenismo na qualidade de “sucessor de Pedro”.

2 – O ecumenismo a que se refere, e que promove, começou no Concílio Vaticano II.

3 – Não há qualquer referência ao Conselho Mundial de Igrejas.

4 – Fica em contraste o “silêncio” dos observadores das “outras Igrejas e Comunidades eclesiais”, no Vaticano II, com a realidade actual “de uma Igreja em diálogo com todas as Igrejas e Comunidades eclesiais do Oriente e do Ocidente.” Nenhuma referência ao movimento ecuménico histórico.

5 – Os documentos orientadores citados são o Decreto *Unitatis Redintegratio* (1964), do Concílio Vaticano II, e a Encíclica *Ut Unum Sint* (1995), do Papa João Paulo II. Não há qualquer referência à *Charta Oecumenica* (2001) assinada pelos então Presidentes da Conferência das Igrejas Europeias (CEC) e do Conselho das Conferências Episcopais da Europa (CCEE), o Metropolita Jeremias Caligiorgis e o Cardeal Miloslav Vlk.

6 – O único documento ecuménico citado é a *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* (1999), assinada entre a Igreja Católica Romana e a Federação Luterana Mundial.

7 – Distinção nítida entre a esperança declarada no diálogo com as “veneradas Igrejas do Oriente” e os problemas encontrados nos diálogos bilaterais com as “Comunidades eclesiais do Ocidente”.

8 – Apelos finais ao “ecumenismo do amor” e ao “ecumenismo espiritual”, mas com reservas: “Sem dúvida, não é o relativismo ou o fácil e falso irenismo que resolve a investigação ecuménica. Pelo contrário, eles deturpam-na e desorientam-na.”

Na audiência geral de quarta-feira 24, dedicada à Semana de Oração pela Unidade, Bento XVI faz um balanço do caminho ecuménico percorrido ao longo do ano de 2006, voltando a sublinhar que este se integra no “caminho dos últimos quarenta anos”, na “experiência destas décadas, depois do Concílio Vaticano II” (*Ag. Zenit*, 24Jan.07). Esclarece ainda, no 4.º parágrafo, que está a falar dos “encontros e os acontecimentos que marcam constantemente o ritmo do meu ministério, o ministério do Bispo de Roma, pastor da Igreja universal.” É neste contexto que descreve a visita das delegações de várias Igrejas a Roma, e os seus próprios encontros com o Patriarca de Constantinopla e com o Arcebispo de Atenas e de toda a Grécia. É brevemente citada a Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas que se reuniu em Porto Alegre (Brasil); “nessa ocasião enviei uma mensagem particular.”

Em três despachos da *Ag. Zenit*, do dia anterior (23Jan.07), é o **Cardeal Walter Kasper** quem, na sua qualidade de presidente do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, estabelece, em conferência de Imprensa, os termos do diálogo ecuménico tal como é entendido pelo lado de Roma. Já o fizera, no dia 17, à *SirEuropa*. Com as **Igrejas Ortodoxas** há uma grande proximidade em termos de eclesiologia e dos Sacramentos; ainda subsistem diferenças no entendimento do “ministério Petriano” do Papa, mas estão a ser debatidas a nível da Comissão Mista Internacional e admite-se que seja possível “chegar à unidade perfeita.”

Em relação à **Comunhão Anglicana** há uma posição de expectativa, tendo em vista que a próxima Conferência de Lambeth (o “Concílio” Anglicano que se reúne de dez em dez anos) é já em 2008. De modo geral, quanto a todas as “**Comunidades eclesiais surgidas da Reforma**” (na *Ag. Zenit*), lamenta-se que tenham aparecido dificuldades novas, como “a admissão das mulheres ao sacerdócio, a postura sobre o homossexualismo e outros temas éticos” (à *Zenit*), ou “desentendimentos sobre temas como a homossexualidade, o divórcio ou a eutanásia” (entrevista à *Ag. SirEuropa*).

Interrogado sobre a questão de um diálogo ecumênico a “duas velocidades” (o rápido com Ortodoxos e o lento com Protestantes e Reformados), Walter Kasper responde: “Nós dialogamos e depois vemos o resultado. E nós não podemos decidir a velocidade. É o diálogo que a decide.”

A verdade é que a expressão original é sua e tem mais de cinco anos. No seu discurso de abertura ao plenário do Conselho a que preside, intitulado “Situação presente e futura do Movimento Ecumênico” (em Nov.2001), o Cardeal Walter Kasper, depois de enumerar as várias divergências internas e tensões, dentro do Conselho Mundial de Igrejas, como nas Igrejas Ortodoxas entre si e dentro das grandes famílias confessionais Anglicana, Luterana e outras, declara:

“Estes são apenas alguns exemplos, mas exemplos que levantam a questão de saber se teremos no futuro um ecumenismo a duas, ou mesmo a várias velocidades. Isto parece provável, mas não é sem perigos e sem novos problemas. Devemos evitar a impressão de ‘*dividir para reinar*’. Seria mau ecumenismo criar novas divisões dentro das outras Igrejas ou famílias confessionais, ou apontar para uma nova forma de ‘uniatismo’. Sendo assim, um ecumenismo a duas velocidades é uma coisa muito delicada, que tem de ser tratada com grande discrição. Mas, na presente situação, não há uma alternativa realista. A aplicação deste conceito pede uma responsabilidade ecumênica equilibrada entre a Igreja universal e as Igrejas locais, que devem assumir as suas responsabilidades, e não podem esperar tudo do centro. O nosso Plenário devia produzir um encorajamento nesta direcção.”

No discurso de abertura da sessão plenária seguinte, em 2003, Walter Kasper reafirma claramente que o ecumenismo de que trata é o católico romano:

“Nestes dois anos decorridos desde o último Plenário, em Novembro de 2001, o CPPUC continuou, de acordo com o seu mandato, a encorajar e a promover o ecumenismo, ‘tal como ele é entendido pela Igreja’ (cf. *Christus Dominus* 16), na base dos princípios Católicos formulados pelo Concílio Vaticano II no Decreto *Unitatis Redintegratio* e frequentemente desenvolvidos pelo Santo Padre, particularmente na Encíclica *Ut Unum Sint* em 1995. Os princípios jurídicos deste mandato encontram-se no Código de Direito Canónico, no Código Canónico das Igrejas Orientais, na Constituição *Pastor Bonus* (1988) e no *Directório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*.”

O Conselho (Concílio) Mundial de Igrejas

O movimento ecumênico moderno é de origem protestante, e o seu choque inicial deu-se durante a primeira Conferência Mundial de Missões reunida em **Edimburgo (1910)**. Dos 1200 delegados presentes, só 18 eram não europeus (ou descendentes de europeus). Mas foi de um deles, Cheng JingYi – então pastor-adjunto (ainda não ordenado) de uma Igreja evangélica plantada pela *London Missionary Society* em Pequim – que se ouviu o apelo que abalou as consciências:

“Vocês enviaram-nos missionários que nos fizeram conhecer Jesus Cristo, e estamos gratos por isso. Mas trouxeram-nos também as vossas divisões. Pedimos que deixem que seja Jesus Cristo, Ele mesmo, a suscitar no seio dos nossos povos, por acção do Seu Espírito, a Igreja adequada às Suas exigências, e adequada também ao carácter da nossa raça, que será a Igreja de Cristo no Japão, a Igreja de Cristo na China, na Índia, etc.

Libertem-nos de todos os 'ismos' com que afectaram a pregação do Evangelho entre nós."¹ E disse ainda: "Para falar claramente, nós esperamos ver, no futuro, uma Igreja Cristã unida sem quaisquer distinções de denominação." Outro delegado asiático, V. Samuel Azariah (mais tarde o primeiro Bispo Anglicano autóctone de Dornakal, Índia), falou da relação muito desigual entre o missionário europeu "patrão" e o pastor local "criado", chegando a dizer: "*Too often you promise us thrones in Heaven, but will not offer us chairs in your drawing rooms.*" (Vocês prometem-nos muitas vezes tronos no Céu, mas não nos oferecem cadeiras na vossa sala de estar...)²

Logo após a I Guerra Mundial, três outros apelos se seguiram: o do Arcebispo Luterano de Uppsala (Suécia), Nathan Soderblom, que promoveu a Conferência de Estocolmo de 1925, que viria a estar na origem de um dos dois "pilares" do futuro Conselho Mundial de Igrejas, "Vida e Acção" (o outro, já acima citado, é "Fé e Ordem"). A Encíclica do Patriarcado Ecuménico de Constantinopla, de 1920, com o título original, na versão em inglês, *Unto All the Churches of Christ wheresoever they be*. E o documento *An Appeal to All Christian People*, aprovado na Conferência de Lambeth (Com. Anglicana) também em 1920 – a que o Patriarca Ecuménico de Constantinopla respondeu favoravelmente.

É notável, neste último apelo (Anglicano), o cuidado com que se propõe uma aceitação do modelo episcopal assente num reconhecimento recíproco dos ministérios ordenados, sendo a função "exercida de uma forma representativa e constitucional". As duas frases finais mantêm toda a pertinência: "Não pedimos que qualquer Comunhão consinta em ser absorvida por outra. Nós pedimos que todas elas se reúnam num novo e grande projecto (*endeavour*, no original), para recuperar e manifestar ao mundo a unidade do Corpo de Cristo, pela qual Ele orou."

Luteranos e Reformados, Anglicanos e Ortodoxos, encontram-se nessa **Conferência de Estocolmo em Agosto de 1925**, 1600 anos exactos depois do I Concílio de Niceia. Foi recitado o Credo de Niceia, foi cantado o *Te Deum* (em latim) e depois, em quatro línguas, o "hino de combate" da Reforma, atribuído ao próprio Lutero – *Ein feste Burg ist unser Gott* (O nosso Deus é uma firme fortaleza), inspirado no Salmo 46. Todos disseram depois, cada um na sua língua, o texto do "Pai Nosso".³

Nathan Soderblom (mais tarde galardoado com o Prémio Nobel da Paz) proferiu na sessão de encerramento uma frase famosa, que caracteriza, até hoje, um dos problemas maiores do movimento ecuménico propriamente dito: "João esteve presente. Paulo esteve presente. Mas Pedro não esteve presente..."⁴

¹ Citação traduzida do primeiro de uma série de artigos sobre o movimento ecuménico – *Oikoumenè, terre des hommes*, do Pastor Geoffroy de Turckheim, então Presidente da Comissão de Relações Ecuménicas da Federação Protestante de França. No semanário *Réforme* n.º 2961, de 10-16 Jan.2002.

² Citado de um artigo de Brian Stanley (Univ. Cambridge) – *The World Comes to Edinburgh: Images of the Christian and Non-Christian Worlds from Edinburgh, 1910*, em www.towards2010.org.uk.

³ Estes dados são citados de uma reportagem jornalística publicada na altura, e por sua vez mencionada por Paul Conord em *Breve histoire de l'ocuménisme*, Col. "Les Bergers et les Mages", Paris, p. 78.

⁴ O Prof. L.-M. Dewailly, O.P., descreve na revista ecuménica (Dominicana) *Istina* esta frase de um modo mais desenvolvido, incluída no sermão proferido por Nathan Soderblom no dom. 30Ago.1925, na Catedral de Uppsala, no último acto da Conferência.

Partindo do texto do Ev. Mateus 18:20 ("Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles."), disse o Arcebispo: "Deux sont ici assemblés. Jean, l'apôtre de la vie intérieure et de la contemplation, penché sur le sein de Jésus, y avait appris cette règle: Frères, aimez-vous les uns les autres. Paul, le plus grand disciple du Sauveur, déclarait: 'J'ai travaillé plus qu'eux tous, non pas moi toutefois, mais la grâce de Dieu qui est avec moi' (I Cor. 15:10). Sa foi était agissante par les oeuvres (Gal. 5:6). Le troisième, Pierre, porte-parole du collège des disciples, tarde encore. La chrétienté apparaît divisée, mais

A Igreja Católica Romana combateu consistentemente (e coerentemente) o movimento ecumênico desde o início, defendendo o “**primado de Pedro**” com documentos como as Encíclicas *Ubi Arcano Dei* (1922), *Ecclesiam Dei* (1923), *Mortalium Animos* (1928), mais tarde *Mystici Corporis Christi* (1943). Em Junho de 1948, outro documento, um *Monitum* disciplinar, impediu qualquer católico desejoso (e havia muitos) de participar na assembleia fundadora do Conselho Mundial de Igrejas, em Amsterdão.

A doutrina básica de Roma, nesta matéria, é a de que “é clara a razão pela qual esta Sé Apostólica nunca permitiu aos seus estarem presentes às reuniões de acatólicos, porquanto não é lícito promover a união dos cristãos de outro modo senão promovendo o **retorno** dos dissidentes à única verdadeira Igreja de Cristo, dado que outrora, infelizmente, eles se apartaram dela.” (in *Mortalium Animos*)

Uma leitura atenta do ponto 16. desta Encíclica (de que são citadas as palavras acima) revela que se trata de uma refutação explícita do Apelo da Conferência Anglicana de Lambeth de 1920. Enquanto este parte da atitude de “todos os que deploram as divisões dos Cristãos, e são inspirados pela visão e esperança de uma unidade visível de toda a Igreja”, chamando “Igreja Católica” a esta *united fellowship*, que “não é hoje visível no mundo”, a Encíclica diz que a “única Verdadeira Igreja de Cristo é a todos manifesta” (*visible to all*, na versão inglesa) e, na sua qualidade de “mística Esposa de Cristo, jamais se contaminou com o decurso dos séculos nem, em época alguma, poderá ser contaminada.” Acrescenta ainda que “seria inépcia e estultície afirmar alguém que ele [o Corpo Místico de Cristo] pode constar de membros desunidos e separados: pois quem não estiver unido com ele, não é membro seu, nem está unido à cabeça, Cristo.”

Só em 1968, no novo clima gerado pelo Concílio Vaticano II, a Igreja Católica Romana passou a estar presente, com doze dos seus teólogos, na Comissão de **Fé e Ordem** do Conselho Mundial de Igrejas. Mas nunca aceitou, até hoje, integrar-se no C.M.I. como mais uma das suas Igrejas-membros, porque, de facto, a sua doutrina sobre si mesma não foi alterada.

O famoso Decreto sobre o Ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*, promulgado já por Paulo VI) mantém aquela identificação essencial entre a Igreja Católica Romana e a *Una Sancta* dos antigos *Credos* e, conseqüentemente, a necessidade de um “retorno”. Como se afirma no seu ponto 3:

“Contudo, os irmãos separados, quer as suas Comunidades e Igrejas, não gozam daquela unidade que Jesus quis prodigalizar a todos os que regenerou e convivificou num só corpo e numa vida nova e que a Sagrada Escritura e a venerável Tradição da Igreja professam. Porque só pela Igreja Católica de Cristo, que é o meio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios salutares. Cremos também que o Senhor confiou todos os bens da nova Aliança ao único colégio apostólico, a cuja testa está Pedro, com o fim de constituir na terra um só corpo de Cristo. É necessário que a ele se incorporem plenamente todos os que de alguma forma pertencem ao Povo de Deus.”

Na Encíclica *Ut Unum Sint*, João Paulo II reconhece, de passagem, que “o movimento ecumênico teve início precisamente no âmbito das Igrejas e Comunidades

le Christ est un...” Num livro escrito mais tarde, Soderblom lamentava: “... On en est venu à ce point que l’attitude de secte exclusive envers l’état d’esprit oecuménique trouve son principal appui dans la plus grande Eglise de la chrétienté.” – Rev. *Istina*, vol. 12, 1967, págs. 418-419.

da Reforma.” (ponto 65.) Não fica clara, neste texto – como já não ficara no *Unitatis Redintegratio* – a distinção de título entre essas “Igrejas e Comunidades saídas da Reforma”. Alguém, mais tarde, chamou a si a tarefa de fazer esse discernimento. Tal como o fez, também, quanto a outra designação que João Paulo II acarinha em relação às Igrejas Orientais – a de lhes chamar “Igrejas irmãs” (pontos 55. a 60.).

Antes de verificar estes pormenores, importa notar que João Paulo II reafirma de modo claro que, “entre todas as Igrejas e Comunidades eclesiais, a Igreja Católica está consciente de ter conservado o ministério do Sucessor do Apóstolo Pedro, o Bispo de Roma, que Deus constituiu como ‘perpétuo e visível fundamento da unidade’, e que o Espírito ampara para que torne participantes deste bem essencial todos os outros.” (88.) A única novidade é a proposta, já no final da Encíclica, de uma reflexão “ecuménica” para “encontrar uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova.” (95.)

João Paulo II insere neste ponto parte de uma mensagem por si dirigida ao Patriarca Ecuménico de Constantinopla, Dimitrios I, onde propõe: “O Espírito Santo nos dê a sua luz, e ilumine todos os pastores e teólogos das nossas Igrejas, para que possamos procurar, evidentemente juntos, as formas mediante as quais este ministério possa realizar um serviço de amor, reconhecido por uns e por outros.” Esta mesma frase foi também por si usada no início de 2000, no Cairo, numa cerimónia em que estavam presentes o Papa Shenuda III, da Igreja Copta, e outros hierarcas das Igrejas Orientais.

O ensino de Joseph Ratzinger

Em 30 de Junho de 2000, o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé publicou uma “Nota sobre a **Expressão Igrejas Irmãs**”, para recordar qual é o seu “uso próprio e adequado.” Remontando à História, é dito no seu ponto 3. :

“Na literatura eclesiástica, a expressão começa a ser empregada no Oriente, a partir do século V, quando se vai difundindo a ideia da *Pentarquia*, segundo a qual, à cabeça da Igreja se encontram os cinco Patriarcas, com a Igreja de Roma a ocupar o primeiro lugar entre as *Igrejas irmãs patriarcais*. A propósito, note-se que nenhum Pontífice Romano reconheceu semelhante equiparação das sedes e jamais aceitou que à sede romana fosse reconhecido apenas um primado de honra. Tenha-se igualmente presente que no Ocidente não se desenvolveu a estrutura patriarcal, típica do Oriente.”

Sobre o uso teologicamente correcto da expressão, afirma-se nos pontos 10. e 11. :

“De facto, em sentido próprio, *Igrejas irmãs* são exclusivamente as Igrejas particulares (ou os agrupamentos de Igrejas particulares, como, por exemplo, os Patriarcados e as Metrópoles) entre si. Deverá resultar sempre claro, mesmo quando a expressão *Igrejas irmãs* é usada neste sentido próprio, que a Igreja Universal, una, santa, católica e apostólica, não é irmã mas *mãe* de todas as Igrejas particulares. Por conseguinte, deve evitar-se como fonte de mal-entendidos e de confusão teológica o uso de fórmulas como “*as nossas duas Igrejas*”, que insinuam – se aplicadas à Igreja Católica e ao conjunto das Igrejas Ortodoxas (ou a uma Igreja Ortodoxa) – um plural não só a nível de Igrejas particulares, mas a nível da Igreja una, santa, católica e apostólica, professada no Credo e cuja existência real apareceria assim ofuscada.”

Passado pouco mais de um mês, em 6 de Agosto, o mesmo Prefeito da Congregação

para a Doutrina da Fé divulgou – depois de ratificada e confirmada por João Paulo II – a Declaração *Dominus Iesus*. Este documento baseia-se cuidadosamente em citações do Vaticano II e da *Ut Unum Sint* para declarar que “os fiéis são *obrigados a professar* que existe uma continuidade histórica – radicada na sucessão apostólica – entre a Igreja fundada por Cristo e a Igreja Católica.”

Entre outras afirmações, nos pontos 16. e 17. fica estabelecido que:

“[...] O Concílio Vaticano II quis harmonizar duas afirmações doutrinárias: por um lado, a de que a Igreja de Cristo, não obstante as divisões dos cristãos, continua a existir plenamente só na Igreja Católica e, por outro, a de que «existem numerosos elementos de santificação e de verdade fora da sua composição», isto é, nas Igrejas e Comunidades eclesiais que ainda não vivem em plena comunhão com a Igreja Católica. Acerca destas, porém, deve afirmar-se que «o seu valor deriva da mesma plenitude da graça e da verdade que foi confiada à Igreja Católica». Existe portanto uma única Igreja de Cristo, que subsiste na Igreja Católica, governada pelo Sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele. As Igrejas que, embora não estando em perfeita comunhão com a Igreja Católica, se mantêm unidas a esta por vínculos estreitíssimos, como são a sucessão apostólica e uma válida Eucaristia, são verdadeiras Igrejas particulares. Por isso, também nestas Igrejas está presente e actua a Igreja de Cristo, embora lhes falte a plena comunhão com a Igreja Católica, enquanto não aceitam a doutrina católica do Primado que, por vontade de Deus, o Bispo de Roma objectivamente tem e exerce sobre toda a Igreja. As Comunidades eclesiais, ao invés, que não conservaram um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, não são Igrejas em sentido próprio.”

Estes dois documentos, redigidos e assinados pelo **Cardeal Joseph Ratzinger**, esclarecem os menos informados sobre qual é a doutrina oficial, recente e actualizada, do homem que foi eleito Papa Bento XVI, quanto à relação entre a Igreja Católica Romana e o movimento ecuménico. São muito claros os seus pressupostos:

1 – Unicidade da Igreja Católica, como depositária da sucessão apostólica em plenitude.

2 – Legitimidade “derivada”, nas que “ainda” não vivem em plena comunhão com aquela.

3 – As Ortodoxas são “verdadeiras Igrejas particulares”, mas falta-lhes a plena comunhão com a Igreja Católica, “enquanto não aceitam a doutrina católica do Primado” (.../...)

4 – As Comunidades eclesiais, sem ministérios e sacramentos válidos, “não são Igrejas em sentido próprio.”

Decorre daqui que a esmagadora maioria das Igrejas que se envolveram no movimento ecuménico histórico, e se tornaram membros do Conselho Mundial de Igrejas, não são sequer consideradas Igrejas pela autoridade máxima da Igreja Católica Romana, que não aceitou pertencer ao mesmo Conselho na qualidade de Igreja irmã.

Na sua edição seguinte à divulgação da *Dominus Iesus*, o semanário protestante francês *Réforme* punha em título destacado “O Inverno Ecuménico”.⁵ E o Arcebispo de Cantuária sentiu-se na necessidade de dizer, com toda a veemência, que “a Igreja

⁵ O título remete para um artigo do Prof. Roger Mehl, da Faculdade de Teologia Protestante de Estrasburgo, que já tinha usado esta expressão em Maio de 1994, no mesmo semanário *Réforme*.

Anglicana e a Comunhão Anglicana no mundo não aceitam nem por um instante que o seu Ministério e a sua Eucaristia sofram de insuficiência, seja ela qual for.” Em Janeiro de 2001, o teólogo italiano Paolo Ricca, da Igreja Valdense, foi até ao fundo do problema nesta síntese: “Chegamos hoje à questão central do diálogo ecuménico, à diferença fundamental que diz respeito à natureza da Igreja.” O problema com a Igreja Católica é “esta tradição milenar que identificou a unidade cristã com a unidade católica, e a unidade católica com a unidade romana. Há aí uma sequência de curto-circuitos que acabam por ligar a unidade, a universalidade e a catolicidade à romanidade. A tradição que faz de Roma o centro directivo da Igreja continua a ser uma realidade intangível nesta Igreja.”⁶

No documento citado no início deste trabalho, o Papa Bento XVI estabelece uma diferença entre o “diálogo teológico” da Igreja Católica com as Igrejas Ortodoxas, a que se imprimiu um “renovado impulso”, e os vários diálogos bilaterais com as Comunidades eclesiais do Ocidente, que têm permitido, tanto a “confirmação de algumas convergências”, como a “identificação mais específica das autênticas divergências.”

Destaca de entre estes, como fruto principal, a assinatura da *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* (1999).

Este importante documento, assinado em Augsburg no Dia da Reforma (31 de Outubro), entre a Igreja Católica Romana e a Federação Luterana Mundial, afirma no seu ponto 15. :

“Confessamos juntos: somente por graça, na fé na obra salvífica de Cristo, e não por causa de nosso mérito, somos aceites por Deus e recebemos o Espírito Santo, que nos renova os corações e nos capacita e chama para as boas obras.”

Este simples parágrafo seria bastante para “justificar”, em toda a propriedade do termo, que o jornal *Osservatore Romano* desse destaque de primeira página a uma frase como – **Lutero Tinha Razão**. Nem isto aconteceu, nem foi revogado nada do que entretanto fora promulgado no Concílio da Contra-Reforma, em Trento. O que se diz no ponto 13. é mais modesto: a presente Declaração “pode formular um consenso em verdades básicas da doutrina da justificação, a cuja luz as correspondentes condenações doutrinárias do séc. XVI não mais se aplicam ao parceiro de hoje.”

O resultado a que se chegou, depois de quase vinte anos de negociação, ficou designado por “**consenso diferenciado**”. Um estudo publicado mais tarde, sobre esta matéria, pela Aliança Reformada Mundial (que reúne as Igrejas históricas da tradição Calvinista), dizia que se trata de um consenso “em que os parceiros se põem de acordo e, com base nesse acordo, concordam em discordar.”

Observado de perto, o documento confirma plenamente esta ironia. A partir do capítulo – 4. O desdobramento da compreensão comum da justificação, o texto passa a funcionar a três tempos. Para cada ponto doutrinal específico, há sempre um parágrafo de abertura que diz “Confessamos juntos que...”. Seguem-se então dois outros parágrafos, num dos quais se explica qual é o entendimento especificamente católico desse ponto, e no outro qual é o entendimento luterano.

As frases finais mantêm toda a ambiguidade: o ponto 41. estabelece que as condenações doutrinárias recíprocas do séc. XVI já não se aplicam ao que ficou acordado

⁶ Em entrevista publicada no contexto da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, feita pelo próprio director de *Réforme*, Jean-Luc Mouton, na sua edição n.º 2910, de 18-24 Jan.2001, p. 10.

neste texto, mas o ponto 42. diz que “com isso não se tira nada da seriedade das condenações doutrinárias referentes à doutrina da justificação. Algumas delas não eram simplesmente infundadas; elas conservam para nós ‘o significado de advertências salutares’, que devemos observar na doutrina e na prática.” E o ponto 43. “esclarece” que ficam questões de importância diversificada que exigem ulteriores esclarecimentos: “.../... a relação entre a Palavra de Deus e doutrina eclesiástica, bem como a doutrina a respeito da Igreja, da autoridade na Igreja, da sua unidade, do ministério e dos sacramentos, e finalmente a doutrina da relação entre justificação e ética social.”

Aliás, a primeira vez que, ainda no preâmbulo do documento, se usa o termo “Igreja” a respeito das Igrejas Luteranas (no ponto 5. – “com base no diálogo, as Igrejas Luteranas signatárias e a Igreja Católica Romana estão agora em condições de articular uma compreensão comum de nossa justificação pela graça de Deus na fé em Cristo”), há logo uma nota de pé-de-página a avisar que, “na presente Declaração Conjunta, a palavra “Igreja” reproduz a respectiva auto-compreensão das Igrejas participantes, sem que com isso se queira considerar resolvidas todas as questões eclesiológicas a ela associadas”.

Outra ironia é que, enquanto os teólogos dos dois lados ainda trabalhavam no acabamento da Declaração Conjunta, João Paulo II não se impedia de publicar, em Novembro de 1998, a Bula *Incarnationis Mysterium* – que recupera a doutrina medieval das **indulgências** que esteve, precisamente, na origem das primeiras polémicas públicas entre o monge Martinho Lutero e a burocracia vaticana. A sua divulgação em língua portuguesa coincidiu com a celebração da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos de Janeiro de 1999.

Na Páscoa de 2003, João Paulo II promulgou a Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, que, entre outras coisas, proíbe formalmente todas as práticas de “hospitalidade eucarística” (*intercomunhão*) com os fiéis das “Comunidades eclesiais” provenientes da Reforma. Mesmo a tempo de ensombrar o primeiro *Kirchentag* Ecuménico realizado na Alemanha. Dois sacerdotes católicos que ousaram desobedecer foram punidos.⁷

Em resposta a esta última Encíclica, o secretário-geral da Federação Luterana Mundial, o Rev. Ishmael Noko, lamentou o facto de ela continuar a não reconhecer a validade dos ministérios ordenados nas Igrejas da Reforma e, portanto, da Eucaristia nelas praticada, apesar dos muitos anos de diálogo ecuménico com a Igreja Católica depois do Vaticano II. Referindo-se à Declaração Conjunta, disse ainda que, se estes acordos em matéria de doutrina acabam por não ter consequências práticas nas relações institucionais entre as Igrejas, então fica em causa se vale a pena trabalhar tanto por eles.

⁷Dois movimentos católicos considerados liberais (um deles o *Nós Somos Igreja*) promoveram, à margem do programa oficial do *Kirchentag* Ecuménico, celebrações com “hospitalidade eucarística”, ambas na Igreja Luterana de Gethsemane, em Brenzlauer Berg (Berlim). No dia 29 de Maio, o Padre (e teólogo) Gotthold Hasenhuettl oficiou e distribuiu a Comunhão a todos os presentes, católicos e protestantes. No dia 31, o Padre Bernhard Kroll teve a seu cargo a Homília e recebeu a Comunhão das mãos de um Pastor Luterano. A 4 de Junho, o Bispo da sua diocese declarou-o suspenso *a divinis*. No princípio de Julho, o Bispo da diocese onde ensinava o Prof. Hasenhuettl (no Sarre) intimou-o a retrair-se, sob pena de suspensão da sua qualidade de sacerdote e de teólogo, o que ele recusou. Em entrevista a um jornal, declarou: “Em Roma ensinaram-me sempre a não ser tão obediente como Eichmann.”

Dados da reportagem de Pat Morrison (20Jun.03) e da crónica de John Allen Jr. (15Ago.03) do jornal católico norte-americano *National Catholic Reporter*.

A difícil koinonia

É claro que, no processo do movimento ecuménico, as relações entre as diversas Igrejas não são isentas de tensões. No Conselho Mundial de Igrejas viveram-se, nos últimos anos, momentos de dificuldade entre a componente Ortodoxa e a Protestante. Vale a pena ver o que sucedeu, e de que modo se procurou ultrapassar esta crise.

Na Assembleia Geral de Harare, em 1998, as Igrejas Ortodoxas reivindicaram mudanças no sistema de decisão, por entenderem que no sistema em vigor as suas propostas ficavam sempre em minoria e eram rejeitadas. Duas das suas Igrejas, as da Bulgária e da Geórgia, foram ao ponto de sair do C.M.I., e nas da Rússia e da Sérvia faziam-se ouvir vozes no mesmo sentido. As Igrejas Ortodoxas no C.M.I., todas somadas – as ligadas ao Patriarcado de Constantinopla mais as Antigas Igrejas Orientais (Pré-Calcedónicas) – são apenas 22 num conjunto de mais de 340 Igrejas-membros, mas a população que representam é quase equivalente à dos membros de todas essas outras Igrejas juntas (48 %, segundo os números actuais).

Foi nomeada uma Comissão Especial sobre a Participação Ortodoxa, com um Comité Executivo paritário, de 14 membros, sete Ortodoxos e sete das outras Igrejas. As propostas de mudança foram debatidas em Agosto de 2002, a nível do Comité Central, em Genebra, e as reuniões foram difíceis. Não se tratava só de substituir o sistema de votação tradicional maioritária por um processo de decisão “**por consenso**”, mas de mudar coisas dadas por adquiridas, como as celebrações ecuménicas.

O relatório da Comissão Especial propunha “sensibilidade” naqueles pontos que pudessem ser difíceis para alguns dos participantes, e um deles era o da direcção de celebrações por mulheres. As Igrejas Ortodoxas e algumas das Protestantes não admitem o acesso das mulheres aos ministérios ordenados. Quando se aceitou a distinção futura entre celebrações “confessionais” e “interconfessionais”, uma das mais destacadas participantes do Comité Central do C.M.I., a Bispa Margot Kaessman, da Igreja Evangélica Luterana de Hanover, demitiu-se do seu cargo, dizendo que não fazia sentido continuar se já não podia celebrar em cultos ecuménicos.

Estas mudanças foram consagradas na 9.^a Assembleia do C.M.I., reunida em Fevereiro de 2006, nas instalações da Universidade Pontifícia de Porto Alegre; no Brasil, ao invés do que sucede habitualmente em países de maioria católica, a Igreja Católica Romana aceitou ser membro do Conselho Nacional de Igrejas (o equivalente ao nosso COPIC). O Cardeal Walter Kasper esteve presente na inauguração, sendo portador de uma mensagem do Papa Bento XVI. O dirigente da delegação católica, Brian Farrell, congratulou-se pelas alterações, mas manteve que as diferenças continuam a ser sérias e que é necessária uma “inversão da tendência que se observa no C.M.I.”, propondo, nomeadamente, um reforço do papel da Comissão de Fé e Ordem (a comissão teológica, a que pertence a Igreja Católica Romana).

Cabe neste ponto, a finalizar, uma reflexão comparada sobre os termos utilizados para designar a unidade desejada pelo movimento ecuménico.

O Conselho Mundial de Igrejas considera-se uma *fellowship* de Igrejas, e é este, também, o termo mais utilizado no famoso *Apelo a todos os Cristãos*, da Conferência (Anglicana) de Lambeth, em 1920 (acima citado).

Curiosamente, na sua Encíclica/Apelo datada do mesmo ano (1920), também o Patriarca Ecuménico fala de *fellowship*. O texto cita, como bom exemplo, a “esperançosa fundação da Liga das Nações”, e é o conjunto destas duas palavras que aparece no final, no último parágrafo, onde a versão em língua inglesa fala da necessidade de se estabelecer *a contact and league (fellowship) among the churches*, para assim contribuir para o crescimento do Corpo de Cristo, segundo o ensino da Epístola aos Efésios, 4:15-16.

Mas a palavra grega é outra. Como diz Hans Kung: “A concepção oriental (e africana!) da Igreja vai sistematicamente buscar o seu fundamento não a um bispo universal, mas à *koinonia*, à ‘comunhão’ dos crentes, das Igrejas locais e dos seus bispos. Não se liga tanto ao aspecto jurídico como entre os Romanos.”⁸ Os Ortodoxos russos usam para o mesmo efeito o termo *sobornost*.

Em Junho de 2003, num Simpósio sobre Teologia Ortodoxa e Diálogo Ecuménico, na Universidade de Tessalónica (Grécia), o então secretário-geral do C.M.I., Pastor Konrad Raiser, reconheceu como um contributo caracteristicamente Ortodoxo *the awareness of conciliarity* (a consciência da conciliariedade) – “o facto de que a Igreja, em todos os tempos, necessita de assembleias que a representem” (.../...). Também o relatório da delegação das Igrejas Reformadas da Suíça francófona à Assembleia de Porto Alegre, no ponto em que se congratula pela aprovação do método do “consenso”, escreve: “O consenso assenta na ideia de que pertencemos a uma comunidade de fé. Membros do Corpo de Cristo, todos nos achamos em *koinonia* uns com os outros. Ao permitir às minorias que sejam escutadas, a decisão consensual toma a sério esta realidade.”

O ensino da Igreja Católica Romana vai mais no sentido do termo latino *communio*. É curioso (e muito revelador) o modo como o Cardeal Walter Kasper elabora a condução do sentido da *koinonia* para o da *communio*, no já referido discurso ao plenário do Cons. Pontifício para a Unidade dos Cristãos de 2001. No seu segundo capítulo, *Q Conceito Católico de Communio como a Visão Ecuménica*, o autor debate as várias implicações “horizontais” e “verticais” destes conceitos, incluindo ainda o antigo *consensus fidelium* mas, mesmo depois de uma leitura das citações de *koinonia* no Novo Testamento, acaba na defesa de uma eclesiologia católica que interpreta a *communio* no seu sentido mais restritivo e “clássico”. A linguagem torna-se rebuscada e até um pouco contraditória quando, depois de declarar que “.../... isto não significa que a plena comunhão, como alvo do projecto ecuménico, tenha de ser entendida como o simples retorno dos irmãos e das Igrejas separadas ao seio da Igreja-Mãe Católica”, acaba por dizer também que “no entanto, a Igreja Católica está convencida de que os seus ‘elementos’ institucionais, como o episcopado e o ministério Petriano, são dons do Espírito para todos os Cristãos; assim, pretende oferecê-los como contributo, de uma forma espiritualmente renovada, para o ideal da mais completa unidade ecuménica.” Todo o argumento é apoiado em citações da Constit. *Lumen Gentium* e do Decr. *Unitatis Redintegratio*, do Concílio Vaticano II, bem como da Declaração *Dominus Iesus*, de Joseph Ratzinger.

Importa reconhecer que existe, de facto, uma divergência entre o entendimento Católico Romano da unidade ecuménica e o projecto desenvolvido pelo movimento ecuménico histórico. Deste lado, os conceitos procurados são mais os de *koinonia* e de consenso. A aceitação deste novo modelo de decisão, na IX Assembleia do C.M.I. em

⁸Hans Kung, *O Cristianismo – Essência e História*, Círculo de Leitores, p. 240

Porto Alegre (Brasil), mais do que uma cedência da componente Protestante à componente Ortodoxa, pode ser vista como a abertura da porta por onde se deseja que passe, finalmente, a Igreja Católica Romana. Foi neste sentido que a entenderam as Igrejas Ortodoxas que já são membros do C.M.I.⁹

Cinco anos depois

Dado que este foi o trabalho final da minha participação no Curso de Formação Avançada em Jornalismo e Religiões, organizado pela Universidade Católica Portuguesa e o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR), entre Nov.2006/Fev.2007, importa referir o que mudou desde então.

Em 2007, Bento XVI falava do ecumenismo católico como o “caminho dos últimos quarenta anos”, depois do Concílio Vaticano II. Ora, em 2008 foi celebrado o centenário do Oitavário de Oração pela Unidade da Igreja, proposto em 1908 por dois religiosos Episcopais dos EUA, o Padre Louis (mais tarde Paul) Wattson e a Irmã Lurana White. A unidade que propunham era no sentido de um “retorno” à Igreja Católica Romana - na qual foram ambos recebidos no ano seguinte, tendo sido co-fundadores de uma comunidade religiosa de inspiração franciscana.

A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos é outra coisa, mais autenticamente ecuménica. A partir de 1966 passou a ser uma organização conjunta da Comissão de Fé e Ordem (do Conselho Mundial de Igrejas) e do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos (da Igreja Católica Romana).

Entre estas duas “genealogias” para o caminho da unidade, é visível que a Igreja Católica colabora institucionalmente na segunda, mas continua a ter o coração na primeira. Outros factos recentes comprovam que a espiritualidade e liturgia anglicanas são vistas, do lado de Roma, como podendo ser úteis para um caminho que só admite como ponto de chegada o reconhecimento do “Primado de Pedro”. O seu discurso oficial corrigiu, assim, a desvantagem de ter uma história “ecuménica” de apenas 40 anos, passando a ter igualmente 100, como o movimento ecuménico histórico que desemboca no Conselho Mundial de Igrejas.

O ano de 2010 foi o do centenário da Conferência Missionária de Edimburgo, havendo abundância de material disponível, tanto sobre a celebração da efeméride como sobre a assembleia original (pesquisar em www.edinburgh2010.org/).

O Cardeal Walter Kasper, que entretanto deixou as suas funções no CPPUC, esteve em Lisboa, em Fevereiro de 2011, e proferiu, na Universidade Católica Portuguesa, uma palestra intitulada “May they all be one – A vision of Christian unity for the next generation”. A “genealogia” ecuménica a que se refere é a dos grupos de oração vocacionados para o “retorno” a Roma (cita Vincent Pallotti e Paul Wattson) e, num discurso de 18 páginas, consegue fazer um balanço do movimento ecuménico actual sem incluir uma única referência ao Conselho Mundial de Igrejas.

⁹Os dirigentes das Igrejas Ortodoxas membros do C.M.I. reuniram-se na ilha de Rhodes em Janeiro de 2005 (um ano antes da Assembleia de Porto Alegre) e produziram um documento em que se afirma: “.../... We trust that the change to consensus will enhance the potential of the Council to find its true prophetic voice, and may offer a model that invites to the Council churches of the vast Christian constituency not yet members of the Council (including the Roman Catholic Church).”

Report of the Orthodox Pre-Assembly Meeting, ponto 39.